

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO FILME CULTURAL

Fernando Alves



A equipe do antigo INCE, na década de 40: sentados, Humberto Mauro, Roquette Pinto e Pedro Gouveia Filho.

O Departamento do Filme Cultural da Embrafilme (criado em 1976) é o prosseguimento do que foi o Departamento do Filme Educativo do ex-INC (1966-1975) que, por sua vez, herdou as atribuições do extinto Instituto Nacional de Filme Educativo (1936-1966): a produção e a distribuição de filmes e diafilmes (empréstimo e doação, respectivamente) didáticos, científicos e culturais, para estabelecimentos de ensino e outras entidades. INCE, DFE e DFC são, portanto, três etapas de um mesmo e velho sonho de um mesmo homem que colocou a força de seu ideal em inúmeras realizações culturais de sua época: Roquette Pinto, cujas aspirações — expressas em frases como “O ideal é que o cinema e o rádio fossem, no Brasil, escolas dos que não têm escola” e “Nosso cinema tem que informar cada vez mais o Brasil aos brasileiros” — encontram abrigo na filosofia atual que rege o trabalho do DFC.

A história do Cinema educativo entre nós é, numa primeira etapa, a história do esforço criador de Roquette Pinto (INCE) e, numa segunda etapa, a tentativa de criação de uma infraestrutura sólida, tanto do ponto de vista educacional como cinematográfico, sobre a qual fosse possível construir uma obra realmente significativa, sem perda de solução de continuidade.

Tal estabilidade é raras vezes alcançada por cinematografias em fase de crescimento e afirmação como a nossa. Um constante reajuste às condições externas, também por sua vez em acelerada mutação, teria fatalmente que se refletir na produção do cinema educativo. Para se compreender a evolução deste e a gênese do chamado filme cultural, entre nós, impõe-se ter conhecimento das profundas reformulações administrativas que ocorreram no setor desde os seus primórdios: ao longo período de atuação do INCE (aproximadamente 30 anos) e à alta produtividade que conseguiu alcançar levando-se em conta o reduzido quadro de funcionários de que dispunha e a situação do cinema nacional na época, seguiu-se a relativamente breve e agitada existência do DFE (INC) que, embora contando com maiores recursos humanos e financeiros, ainda sofria as consequências da readaptação ao novo contexto em que passou a funcionar; e quando começava a produzir seus

melhores frutos, novas diretrizes se impuseram, por força inclusive do processo de desenvolvimento e expansão da indústria cinematográfica, que enfatizou sobremaneira a conquista do mercado.

PRIMÓRDIOS

No Brasil, o início do emprego do cinema no ensino e na pesquisa científica pode ser datado de 1910, quando foi criada a Filmoteca do Museu Nacional, enriquecida posteriormente com documentações fílmicas das explorações geográficas, botânicas, zoológicas e etnográficas da Comissão Rondon.

Em 1912, o professor Roquette Pinto trazia, da atual Rondônia, os primeiros filmes dos índios Nambikuara, que foram projetados no ano seguinte, no salão de conferências da Biblioteca Nacional. A partir de então, o cinema educativo começou a despontar em diversos pontos do país, voltado para o ensino primário, secundário e superior.

Ainda não existiam, entretanto, medidas legislativas para incentivar a sua produção e utilização regular. Em 1929, Fernando de Azevedo, Diretor do Departamento de Educação do então Distrito Federal, recomendou o uso do cinema em todas as escolas primárias do Rio de

FILME CULTURAL

Janeiro. Nesse mesmo ano, a utilização da película *nom flam* 16mm veio facilitar muito o cinema escolar. O professor Jonathas Serrano, da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, inaugurou oficialmente o novo gênero com a Primeira Exposição de Cinematografia Educativa, em 1929.

Em 1933, foi criada, no então Distrito Federal, a Biblioteca Central de Educação, com uma Divisão de Cinema Educativo para fornecer filmes às escolas públicas do Rio de Janeiro. O Código de Educação, publicado no mesmo ano, adotava nova disposição relativa ao desenvolvimento do cinema escolar. Pode-se assinalar também a publicação, na época, de duas obras especializadas sobre o assunto: *Cinema e Educação*, dos professores Jonathas Serrano e Venâncio Filho, e *Cinema Contra Cinema*, de Mendes de Almeida.

Apesar das diversas iniciativas, o cinema educativo ainda não dispunha de uma organização sistemática, com estrutura e recursos próprios que lhe garantissem um desenvolvimento maior.

INCE

Quando se faz um retrospecto até a fase de implantação do cinema educativo, avulta em primeiro plano a figura de Roquette Pinto, que, partindo das esparsas experiências anteriores, levou ao então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e este ao Presidente Getúlio Vargas, exposição de motivos propondo a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, aprovada em 10 de março de 1936 sob forma de Comissão Instaladora do INCE (em projeto de lei, apresentado em 1935 à Câmara dos Deputados, já havia sido prevista a criação do mesmo Instituto). O INCE foi oficializado através da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova organização ao Ministério da Educação:

"Art. 4º Fica criado o INCE, destinado a promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar do ensino e ainda como meio de educação em geral, competindo-lhe: a) editar filmes educativos populares (*standard*, 35mm) e escolares (*sub-*

standard, 16mm) assim como diafilmes para serem divulgados dentro e fora do território nacional; b) prestar assistência científica e técnica à iniciativa particular desde que a sua produção industrial ou comercial seja de cinematografia para fins educativos.

Parágrafo único: Para desempenhar sua finalidade, o Instituto manterá uma Filmoteca; divulgará os filmes de sua propriedade, cedendo-os por empréstimo ou por troca às instituições culturais e de ensino, oficiais e particulares, nacionais e estrangeiras; e fará publicar uma revista consagrada especialmente à educação pelos modernos processos técnicos (cinema, fonógrafo, rádio, etc)."

Como seu primeiro Diretor, Roquette Pinto logo dotou o INCE de uma infraestrutura funcional que lhe proporcionava trabalhar de maneira profícua e autônoma: criou a primeira biblioteca nacional especializada em cinema, enriquecida com a doação de 707 volumes do próprio Roquette Pinto; uma filmoteca voltada fundamentalmente para a preservação dos filmes brasileiros, e que já continha em seu acervo, no ano de 1943, apenas para exemplificar, 587 filmes em 16 e 35mm, além de 110 diafilmes, entre editados e adquiridos; a seção de distribuição, em permanente contato com escolas e instituições culturais (232 escolas registradas, 324 empréstimos de projetores e aproximadamente 8 000 projeções realizadas, no ano acima mencionado), e contando com a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e das Secretarias de Educação Dos Estados, havendo um prêmio, sugerido pelo Diretor do INCE e instituído pelo Ministro da Educação, de doação de quatro filmes a toda escola que possuísse um projetor sonoro de 16mm. (Na Escola Normal N. S. do Carmo, de Cataguazes, acha-se anotado esse prêmio, concedido em 29 de agosto de 1938). Cabe ainda citar, com destaque, a Seção Técnica, com salas de corte e montagem, estúdio de filmagem, laboratório de revelação e copiagem, redução e ampliação de filme, estúdio de som, mesa para desenho animado e oficina de reparação.

O INCE contou com a colaboração de uma equipe de técnicos e professores renomados, como Carlos Chagas, na orientação de filmes científicos, Venâncio Filho, Edgard Sussekind de Mendonça, Maciel Pinheiro, Maurício Gudín, Bandeira Duarte na parte de orientação pedagógica, e outros. Mas onde melhor se fez sentir a orientação esclarecida de Roquette Pinto foi na escolha do chefe da Seção Técnica: Humberto Mauro, cineasta dotado de singular espírito de brasilidade e voltado com especial carinho para os aspectos de nossa formação rural.



José Mauro

Cabina de projeção do auditório do DFC, na Praça da República.

Nessa função, Mauro realizou cerca de 230 documentários de curta metragem, abordando temática variada: medicina, documentação rural, música, folclore, indústria, zoologia, botânica, geografia, literatura, história, física, e deixando obras clássicas como *A Velha a Fiar* (1964). Ainda como representante do INCE, ele foi o primeiro delegado oficial do Brasil num festival internacional: o de Veneza em 1938, apresentando, na ocasião, os filmes *O Descobrimento do Brasil* e os documentários do INCE *O Céu do Brasil* e *Vitória Régia*.

No I Congresso Internacional de Filmes Científicos, paralelo ao Festival de Cannes de 1952, o INCE também teve sua participação oficial através de cinco filmes de Humberto Mauro: *Coração Físico de Oswald*, *Fisiologia Geral*, *Propriedades Elétricas do Puraquê*, *O Cristal Oscilador* e *Convulsoterapia Elétrica*. Na ocasião, o professor Roquette Pinto foi eleito para Vice-Presidente do Instituto Internacional do Cinema Científico.

A difusão dos filmes do INCE no estrangeiro, aliás, foi bastante intensa. Só na Feira

Mundial de Nova Iorque, em 1939, foram exibidas 12 fitas, sem contar com projeções em outras cidades dos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Colômbia, México, Paraguai, Dinamarca, Japão, França, Suíça e Portugal, quer em caráter oficial, quer em instituições particulares.

DEPARTAMENTO DO FILME EDUCATIVO

O Instituto Nacional do Cinema, cuja criação deu-se em 1966, veio absorver as atribuições do INCE (Ministério de Educação e Cultura) e do GEICINE (Ministério da Indústria e Comércio), concentrando no Departamento do Filme Educativo toda a sua política relativa ao cinema educacional.

Num artigo da revista *FILME CULTURA* nº 19 (1971), a professora Maria Luiza G. Cavalcânti, que ocupou durante algum tempo a chefia do DFE, sintetizava as diretrizes dessa política, durante sua gestão. Eis alguns trechos de suas declarações: "O cinema educativo será aproveitado e terá sua vez nessa fase da revolução industrial. É o que tentamos realizar no INC. Colocar o cinema a serviço da comunicação, como veículo de amparo aos novos esquemas educativos que surgem e surgirão. Colocá-lo nas escolas, na TV Educativa, nos clubes sociais e sociedades culturais. (...) O cinema educativo cuidará mais da mensagem que dos grandes cortes de montagem, procurando simplificar o tema e apresentar a seqüência de forma a não criar choques para a platéia a que se destina. Integrar o Homem em seu meio e apresentar-lhe novos horizontes dentro de todos os campos das atividades humanas. As atividades dos indivíduos, das coletividades das cidades, da Nação e das nações serão estudadas e apresentadas na tela, resultante de investigações e pesquisas num espírito de renovação permanente e coordenado. Integrar os povos do Norte e do Sul em seus respectivos costumes, tradições, folclores, cultura e vida. Apresentar aos jovens o caminho ou caminhos que poderão escolher dentro de sua capacidade e tendências vocacionais. Indicar as profissões em ascendência e decadência dentro dos recursos locais e do mercado de oferta e de procura, da própria época."

Nos seus quase dez anos de existência, o DFE apresentou algumas modificações e muitas realizações. Desde a sua criação, o cinema educativo vem contando com o apoio e a colaboração dos melhores valores da nossa cinematografia, irmanando-se aí os profissionais do longametrage e os jovens amadores do filme curto, em que pesem as dificuldades inerentes a uma especificidade de trabalho que teve que adquirir, na prática, seu próprio *know how*.

FILME CULTURAL

Para a produção de filmes, o DFE adotava a seguinte norma de trabalho: elaborava propostas de temas e submetia à aprovação do MEC e depois, abria licitação para os realizadores. Além disso, foi instituída a compra de direitos de contra-tipagem de produções independentes (20 filmes por ano), o que dava direito à distribuição, pelo INC, de várias cópias (em geral eram tiradas 10 cópias) no circuito não comercial de escolas e demais entidades.

DEPARTAMENTO DO FILME CULTURAL

Após a fusão do INC com a EMBRAFILME, em 8 de fevereiro de 1976, o cinema educativo ficou a cargo do Departamento do Filme Cultural, subordinado à Diretoria de Operações Não Comerciais. A mudança do nome do DFE para DFC implicou não só numa transformação orgânica como também numa conceituação mais ampla do que seja cinema educativo.

A reformulação administrativa é assim explicada pelo Diretor de Operações Não Comerciais da Embrafilme, Dr. Leandro Tocantins:

"Como se sabe, o atual DFC é resultado do velho sonho de Roquette Pinto, que em 1936 propôs a criação do INCE e viu sua idéia tornar-se lei em 1937.

Roquette Pinto é um grande brasileiro que todos nós devemos admirar pelos grandes serviços que prestou ao país, não só no campo da Antropologia e como membro da Academia Brasileira de Letras, mas, também, como educador, e educador sobretudo através da imagem cinematográfica. Ele foi um grande entusiasta do cinema. Achava que o cinema podia revolucionar os meios de ensino no país, porque era uma forma de comunicação direta, de profundo significado psicossocial.

Na verdade, não é só o DFC que resultou do INCE, mas a própria Diretoria de Operações Não Comerciais, da qual sou eventualmente titular, e que tem sob sua responsabilidade as atividades culturais cinematográficas previstas pela lei que reformulou a política nacional do cinema. Essas atividades culturais relacionadas com o cinema abrangem vários setores. Além do filme de curta metragem de caráter cultural e educativo, compreendem documentação, publicações, cursos de extensão universitária ou de es-

pecialização cinematográfica, recuperação da memória nacional através de filmes que revelem qualquer aspecto de nossa vida social, cultural, política e também da própria natureza brasileira, em seu paisagismo natural, além da paisagem humanizada. Temos assim uma área muito ampla de atuação e trabalhamos com entusiasmo para continuar a obra iniciada por Roquette Pinto, procurando realizar todos aqueles ideais que deram alento à sua vida de brasileiro devotado aos problemas brasileiros. Ele foi um homem que escreveu livros magníficos, não só de literatura mas também de antropologia, como *Seixos Rolados* e *A Rondônia*. Toda essa riqueza intelectual levou Roquette Pinto à Academia Brasileira de Letras e justifica a grande admiração que todos nós temos por sua figura.

Por sua vez, Fernando Ferreira esclarece, em linhas gerais, os objetivos e os processos operacionais do Departamento do Filme Cultural, do qual é o atual Chefe: "O compromisso fundamental do DFC é com a cultura brasileira, e esse compromisso vem desenvolvendo-se através da produção e distribuição de filmes e diafilmes, na medida em que se possa captar através desses trabalhos um espectro tão amplo quanto possível desta cultura. Evidentemente, como a Embrafilme é uma empresa que tem ligações diretas com o Governo, ela procura estabelecer prioridades que digam respeito às realidades que estão sendo atacadas diretamente pelo momento histórico do país. Dessa forma, os nossos pressupostos de trabalho estão tanto ligados ao passado quanto ao presente e ao que se espera do futuro. Por isso mesmo, estamos tentando levantar, principalmente através de filmes, já que a produção de diafilmes está provisoriamente estacionada, a significação de alguns personagens que influíram decisivamente na cultura brasileira e, ao mesmo tempo, localizar aspectos dessa mesma cultura que estejam em evolução ou em transformação e, ainda, procurando descobrir onde a alma popular está inserida em determinados movimentos e reflexos culturais, dentro do panorama mais amplo possível do país.

Nesse sentido, nesse período de um ano e meio de existência do DFC já realizamos filmes nos mais diferentes Estados, como Amazonas, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba,



Fernando Alves

Filmagem de Estação Ecológica de Faim, produção do DFC, em convênio com a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), direção de Lyonel Lucini (na câmera, José de Almeida Mauro).

Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e temos projeto de chegarmos ao Rio Grande do Sul e Goiás, com realização, nesses Estados, de um filme sobre o *curare*.

No momento em que a Embrafilme assumiu a herança destes dois departamentos (INCE e DFE), verificamos que até então a ênfase tinha sido dada aos filmes de caráter didático e científico. Em nossa gestão, o filme didático é um dos nossos objetivos, mas não imediato. Isso não significa que nosso empenho em levar o cinema à educação não seja concretizado, porque realizamos filmes culturais no sentido mais amplo e, no momento em que se está fazendo cultura, está se fazendo educação. Então é uma forma de se levar às escolas uma importante definição de trabalho de cinema que não há de ser necessariamente o didático tradicional.

O mesmo ocorre em relação ao filme científico, que é por natureza bem mais complexo do que qualquer outro filme do gênero cultural. Mas houve apenas uma diminuição de filmes didáticos e científicos, não um abandono dessa linha de produção. No momento, por exemplo, estamos realizando um com apoio e em convênio com a Secretaria Especial do Meio Ambien-

te (SEMA), sobre a estação ecológica de Taim, no Rio Grande do Sul. Esse convênio abriu as portas para outro que vamos firmar, ainda com a SEMA, para a produção de mais seis filmes de caráter científico, com possibilidades de realização de dois ainda este ano.

Quanto ao processo de compra e produção de filmes pelo DFC, é muito simples: estamos permanentemente abertos à chegada de projetos que nos são encaminhados, desde que eles estejam de acordo com a aludida intenção de captar os momentos vivos da cultura brasileira. Também estudamos as sugestões que nos são encaminhadas por outros órgãos governamentais, como o citado caso SEMA."

O Departamento do Filme Cultural possui duas Divisões: a de Planejamento e Difusão (que antes da fusão do INC com a Embrafilme chamava-se Divisão de Orientação Pedagógica), composta dos setores de Distribuição de Filmes e de Diafilmes; e a Divisão de Produção, que abrange também a Filmoteca e a Seção Técnica.

Existem dois tipos de produção de curta metragem:

1) A Embrafilme funciona apenas como produtora, financiando a realização do filme sob a orientação do DFC;

FILME CULTURAL

2) A Embrafilme realiza seus próprios curtas-metragens através do DFC que, neste caso, acumula a produção e a produção executiva, cabendo-lhe inclusive contratar a equipe realizadora.

O DFC também produz filmes em convênio com outras entidades oficiais como a Funarte, Museu do Índio, Campanha de Defesa do Folclore, SEMA, SBPC, DAC/MEC e Universidades.

A PRODUÇÃO

Para apresentar um projeto de curta-metragem cultural no DFC, o realizador precisa levar seu currículo, uma carta-proposta e o roteiro do filme.

No momento, a grande maioria dos projetos é do eixo-Rio-São Paulo. Também os temas poderiam ser sugeridos pelas entidades às quais os filmes se destinam, como centros de pesquisa, entidades técnicas ou científicas, universidades, estas últimas podendo até aproveitar monografias e teses, o que daria maior rigor científico ao roteiro.

Os temas que estão sendo enfatizados, neste momento, por parte da Embrafilme, focalizam tudo o que diz respeito à memória nacional (o registro cultural do passado: aspectos, métodos e aparência física; a realidade sócio-cultural em transformação; os homens que realizaram ou *forjam* a cultura brasileira; a modificação das estruturas ou registros dos extratos culturais em agonia), os problemas que afetam a transformação da Natureza no país (a harmonia ecológica; a habitação rural e urbana e seus problemas de harmonização com o meio, e as atividades do homem que entram em conflito com a Natureza; a fauna e a flora brasileira, sua preservação e especificidade; o paisagismo natural, suas influências na concepção do moderno urbanismo), os caminhos do desenho-animado (a forma brasileira do desenho-animado; o folclore e a tradição nacionais como fontes do desenho de animação; o desenho-animado a serviço da ciência), arte e artistas brasileiros, e a ciência e os cientistas nacionais.

Desde sua criação, o DFC já produziu cerca de 40 curtas-metragens e finalizou 14 filmes provenientes de convênio com o DAC/MEC e três do DFE. Os filmes são em 16 ou 35mm, com duração variando entre 15 e 30 minutos, sendo feitas cinco cópias de cada título.

PLANEJAMENTO E DIFUSÃO

A Divisão de Planejamento e Difusão cuida de todas as fases que antecedem a produção propriamente dita, e que já foram citadas anteriormente, como a orientação geral, apresentação do projeto, aprovação e providências relativas à realização. Uma vez o filme pronto e incorporado ao acervo do DFC, ela se encarrega de sua ampla difusão.

Pelo processo adotado na distribuição de filmes, o usuário retira a cópia diretamente na

José Mauro



Filмотeca do Departamento do Filme Cultural.



Fernando Alves

Filmagem de *Conversa com Cascudo*, produção do DFC, direção de Walter Lima Júnior.

Seção de Distribuição de Filmes (Praça da República, 141/1º andar) ou então recorre às Representações da Embrafilme (nas cidades onde elas existem) ou às Secretarias Municipais, que fazem o trabalho de redistribuição pelas escolas. Entidades distantes dessas Representações podem receber o filme diretamente do DFC, através de solicitação especial, ficando a devolução, neste caso, por conta da entidade.

As condições para o empréstimo de filmes são as seguintes:

Todos os filmes são cedidos por empréstimo (aos estabelecimentos de ensino, entidades culturais, técnicas ou científicas, sindicatos, Prefeituras, igrejas, hospitais, orfanatos, presídios, Forças Armadas, etc., desde que as exposições não tenham finalidade lucrativa. Empresas comerciais e industriais e associações recreativas não gozam dos mesmos direitos.

A inscrição é feita mediante o preenchimento de um formulário fornecido pela Seção de Distribuição de Filmes do DFC, ou pelas Representações da Embrafilme.

As instituições deverão designar pessoa credenciada no Formulário de Inscrição ou em documento firmado pelo principal responsável, para receber os filmes na referida Seção, ou nas Representações.

As entidades situadas em outros Estados deverão dirigir-se às Representações da Embrafilme para inscrição, escolha, retirada e devoluções dos filmes, sendo que os pedidos poderão ser encaminhados diretamente à Seção de Distribuição, quando tratar-se de Representação que não possua sua própria Filmoteca.

Os filmes disponíveis para empréstimo são, em geral, em 16mm e para programas de no máximo quatro filmes, salvo situações especiais.

O prazo de empréstimo é de cinco dias para o Estado do Rio de Janeiro e de quinze dias para os demais Estados, aceitando-se prorrogações desde que a Seção de Distribuição seja previamente comunicada.

No caso de perda ou inutilidade de parte ou de toda a cópia emprestada, o responsável deverá arcar com o ônus relativo à confecção de nova cópia. Novos empréstimos ficam condicionados ao cumprimento desta norma.

A Seção de Distribuição também organiza programações para os usuários em geral, ou para Mostras e Festivais, mediante solicitação. São muitos os pedidos nesse sentido. Como exemplo podemos citar as Prefeituras Municipais, além da Marinha de Guerra, que exhibe regularmente as cópias do acervo, quer nos navios em alto-mar, quer nas guarnições das ilhas de Fer-

FILME CULTURAL

nando de Noronha e Trindade. Esses programas organizados pelo DFC são também levados a países como Portugal, Guiné-Bissau e Argentina.

Um catálogo de todo o acervo, cobrindo as produções do INCE, DFE e DFC, pode ser consultado diretamente na Seção de Distribuição ou nas Representações. Nesse catálogo, os filmes são classificados em duas categorias: didáticos (aqueles que se destinam a complementar o ensino de matérias do currículo escolar, com especificação do grau de ensino) e filmes de interesse geral (os que não se restringem às matérias do currículo escolar e nem se limitam aos preceitos didáticos). Além dessas referências, são encontradas indicações sobre o diretor, produtor, ano de produção, cor ou preto-e-branco, duração, bitola e uma sinopse do filme.

No catálogo estão relacionados 721 títulos, divididos pelos seguintes assuntos: Antropologia e Arqueologia, Arquitetura, Artes Plásticas, Astronomia, Aviação, Cidades, Ciências Físicas e Biológicas, Cinema, Comunicação e Expressão, Cultura Popular, Dança, Diversos, Ecologia, Economia, Educação, Educação Moral e Cívica, Educação Rural, Educação e Saúde, Energia Atômica, Ensino Técnico Industrial, Esporte, Geografia, Geografia Econômica, História do Brasil, Indústria e Tecnologia, Informação Ocupacional, Literatura, Marinha, Matemática e Geometria, Medicina, Minas e Minerais, Música, Parques e Museus, Química, Realidade Brasileira, Recreativos, Sociologia e Comunicação, Teatro e Longas-Metragens de Ficção de Humberto Mauro.

Dados estatísticos revelam até agora um total de 984 entidades de todos os Estados que se utilizam regularmente dos serviços da filmoteca. Durante o ano de 1977 foram emprestadas um total de 7.045 cópias (sendo 6.905 em 16mm e 140 em 35mm). De janeiro a maio de 1978, o número de atendimentos foi de 980, com 2.257 cópias emprestadas. A preferência é por assuntos relativos ao currículo escolar (Ciência e História), seguindo-se os assuntos culturais e recreativos.

Como atividade paralela, visando a educação pelo cinema, o DFC está promovendo seus curtas-metragens culturais e o filme brasileiro

em geral, através de cursos organizados e ministrados por Dejean Magno Pellegrin, exclusivamente para estudantes do 1º e 2º graus. São cursos rápidos, constantes de 11 palestras e debates realizados no auditório do DFC (que permite uma aferição correta da qualidade de som das obras apresentadas), seguindo-se a projeção de filmes curtos e de um longa-metragem nacional. A programação é feita no sentido de proporcionar uma visão global das correntes mais representativas do nosso cinema e, ao mesmo tempo, motivar os alunos para o conteúdo cultural desses filmes, todos escolhidos com um sentido didático. Exemplo de uma aula programada com esse duplo objetivo cultural: projeção dos filmes *Caíro de Bois* e *O Descobrimento do Brasil*, ambos de Humberto Mauro. No primeiro são ressaltados usos e costumes rurais do país; no segundo é destacado, pelo professor, o roteiro (carta de Pero Vaz de Caminha), a obra pictórica de Vítor Meireles, cujo quadro *A Primeira Missa no Brasil* é reproduzido ao vivo, pelos atores, e a figura de Villa Lobos, que compôs a música especialmente para o filme. Todos esses elementos culturais, inclusive a própria narrativa cinematográfica, são comentados pelo professor e debatidos pelos alunos, que recebem, no final da aula, fichas com dados informativos sobre os vultos analisados e uma biofilmografia do realizador do filme apresentado.

Vários colégios já participaram desses cursos, que são inteiramente gratuitos, bastando aos interessados solicitar inscrição no DFC.

(Reportagem de Vera Brandão)

Nota: A realização deste trabalho só foi possível com a colaboração dos funcionários do DFC, que forneceram prestimosamente todas as informações necessárias. Parte dos dados foi coletada na reportagem sobre o INCE, de Adalberto Mário Ribeiro, publicada na Revista do Serviço Público, Ano VII, vol. I, nº 3.